



ABC+ como estratégia da agropecuária no Acordo de Paris

PROPOSTAS PARA A CONSULTA PÚBLICA ABC+

São Paulo, 30 de setembro de 2021

ABC+ como estratégia da agropecuária no Acordo de Paris

O objetivo da presente Nota Técnica é contribuir com a consulta pública do ABC+ visando reforçar a importância da agropecuária como parte das estratégias do Brasil no âmbito do Acordo de Paris, bem como em outros compromissos do país no âmbito multilateral.

A agropecuária é parte da solução para o enfrentamento do aquecimento global. A possibilidade de adotar tecnologias e práticas que favoreçam a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEEs) e a adaptação dos sistemas produtivos é fundamental para estimular inovação e a transformação da agropecuária diante dos impactos das mudanças do clima.

Como destacado no Contexto histórico do ABC+, páginas 29 a 32, a agropecuária de baixa emissão de GEEs contempla as ações e estratégias brasileiras perante a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC em sua sigla em inglês) desde o Acordo de Copenhague, com base nas ações nacionalmente apropriadas de mitigação (NAMAs) enviadas pelo Brasil no início de 2010.

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) 2010-2020 passou a integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) como estratégia setorial da agropecuária brasileira, considerando o potencial de reduzir emissões associado a adoção de tecnologias e práticas produtivas.

O Decreto no 9.578/2018, que consolidou os atos normativos que tratam da PNMC e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, citou expressamente o Plano ABC como estratégia setorial que compõe a PNMC e que deve integrar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que deve ser periodicamente revisado.

Na iNDC apresentada pelo Brasil à UNFCCC em 2015 e confirmada em 2016, foram indicadas várias ações que poderão ser adotadas pelo país visando alcançar a meta de reduzir 37% de suas emissões até 2025, considerando o ano de 2005 como base, e a meta indicativa de 47% até 2030.

Dentre as ações relacionadas ao setor agropecuário, a revisão do Plano ABC, a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a adoção de 5 milhões de hectares de novas áreas com integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) foram apontadas como ações relevantes que integram as estratégias brasileiras.

Adicionalmente, a efetiva implementação do Código Florestal, o que contempla a conservação e a recomposição de vegetação nativa também compõem as ações nacionais.

Como Parte do Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto nº 9.073 de 2017, o Brasil deve apresentar as políticas, estratégias e ações que pretende adotar diante de sua meta apresentada na NDC. Adicionalmente, novas NDC devem ser apresentadas de cinco em cinco anos, sempre visando uma progressão diante da primeira NDC apresentada, no caso do Brasil em 2015.

Em 2020 o Brasil apresentou uma atualização da sua NDC inicial,¹ confirmando a meta de 47% de redução de emissões até 2030. Apesar de não ter indicado quais ações pretende adotar para tanto, o rol de ações sugeridas na iNDC de 2015 deve ser a base dos esforços nacionais visto que reúnem ações factíveis de serem implementadas e, na prática, necessárias para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, considerando o potencial de impactos positivos, o ABC+ integra a PNMC como plano setorial do setor agropecuário dentre as políticas e estratégias nacionais na agenda de mudanças do clima.

Apesar de o Brasil ainda não ter apresentado formalmente à UNFCCC quais políticas e ações deverão adotar para implementar sua NDC, em linha com o acordado na Decisão 1/CP.21, parágrafo 27 e na Decisão 4/CMA.21 parágrafos 6 e 7, deverá submeter um plano de implementação de sua meta.

A Resolução nº 2 de 17 de agosto de 2021, do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, criou um Grupo Técnico Temporário com o objetivo de atualizar a PNMC a fim de contemplar diretrizes para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil junto à UNFCCC. O ABC+ deverá compor as estratégias nacionais visando implementar a NDC como um conjunto de ações da agropecuária brasileira.

Em linha com a visão de produzir e conservar, o ABC+ tem um papel como política de enfrentamento do aquecimento global e fomento a redução de emissões e, de forma ampla, adoção de tecnologias e práticas que favoreçam a adaptação às mudanças do clima.

Os dez anos de implementação do Plano ABC permitiram alcançar resultados significativos diante da disseminação das tecnologias e práticas. As metas propostas para a implementação das tecnologias e práticas do Plano ABC, e seu alcance quanto a área e potencial de mitigação alcançado (Tabela 1).

¹ BRAZIL, 2015. Paris Agreement: Brazil's Nationally Determined Contribution (NDC). Disponível em: [https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/Brazil%20First%20NDC%20\(Updated%20submission\).pdf](https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/Brazil%20First%20NDC%20(Updated%20submission).pdf)

Tabela 1 – Metas do Plano ABC, seu alcance e potencial de mitigação

Tecnologias e práticas do Plano ABC	Compromisso	Potencial de Mitigação (milhões Mg CO₂eq)
Recuperação de pastagens degradadas	15 milhões ha	83 a 104
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)	4 milhões ha	18 a 22
Sistema Plantio Direto (SPD)	8 milhões ha	16 a 20
Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN)	5,5 milhões ha	10
Florestas Plantadas (FP)	3 milhões ha	0
Tratamento de dejetos de animais	4,4 milhões m ³	6,9
Metas até 2020	35,5 milhões de ha + 4,4 milhões de m ³	133,9 a 162,9
Alcance*	52 milhões de ha	170

Fontes: Plano ABC, Mapa, Embrapa. *Nota: os dados finais do alcance das metas do Plano ABC 2010-2020 serão publicados pelo Ministério da Agricultura.

O nível de ambição proposto pelo ABC+ demonstra a importância da adoção dos Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis – SPSABC como estratégia de investir e aprimorar a produção agropecuária. O ABC+ propõe uma contribuição mais do que relevante para ajudar a reduzir as emissões nacionais, alcançando 1,1 bilhão de toneladas de CO₂eq até 2030 (Tabela 2).

Tabela 2 – Metas do ABC+ e seu potencial de mitigação

Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis – SPSABC	Compromisso	Potencial de Mitigação (milhões Mg CO₂eq)
Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)	30 milhões de ha	113,7
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)	10 milhões de ha	34,11
Sistemas Agroflorestais (SAF)	0,10 milhões de ha	37,9
Sistema Plantio Direto de Grãos	12,50 milhões de ha	46,71
Sistema Plantio Direto Hortaliças (SPDH)	0,08 milhões de ha	0,88
Florestas Plantadas	4 milhões de ha	510

Bioinsumos (BI)	13 milhões de ha	23
Sistemas Irrigados (SI)	3 milhões de ha	50
Terminação Intensiva (TI)	5 milhões de animais	16,24
Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)	208,40 milhões de m3	277,8
Alcance em hectares, milhões de m3 e número de animais	72,68 milhões ha + 208,40 milhões m3 + 5 milhões de animais	1.110,34

Fonte: MAPA, 2021. Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável.

O potencial de expansão dos SPSABC é fabuloso considerando que a evolução da agropecuária exige inovação e boas práticas produtivas como base.

Vale apontar que para a Organização das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura (FAO em sua sigla em inglês), a relação entre a agropecuária e mudanças do clima se fundamentam em três elementos centrais:

- i. Aumentar de forma sustentável a segurança alimentar, aumentando a produtividade agrícola e os rendimentos;
- ii. Construir resiliência e adaptar-se às mudanças do clima; e
- iii. Reduzir e/ou remover emissões de GEE, quando possível.

Somados a esses elementos, é válido destacar que o ABC+ está intrinsecamente relacionado com a abordagem integrada da FAO sobre sustentabilidade na agricultura, silvicultura e pesca, com base nos seguintes indicadores:

- Melhorar a eficiência no uso de recursos;
- Conservar, proteger e melhorar os recursos naturais;
- Proteger e melhorar os meios de subsistência rurais, equidade e bem-estar social;
- Aumentar a resiliência de pessoas, comunidades e ecossistemas; e
- Estabelecer mecanismos de governança responsáveis e eficazes.²

O anúncio de neutralidade de emissões até 2050, indicado pelo Brasil na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril de 2021, reforça a importância de definir políticas e ações estruturantes para o Brasil diante do esforço de equilibrar as emissões e remoções de GEE. O ABC+ como política que permite produzir de

² Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Sustainable food and agriculture. Disponível em: <http://www.fao.org/sustainability/en/>

maneira mais sustentável, reduzindo emissões e favorecendo a adaptação dos sistemas produtivos, deverá gerar resultados positivos diante do debate de neutralidade climática.

Além de ser a estratégia da agricultura brasileira no Acordo de Paris, o ABC+ integrou o documento *Brazil National Pathways to Sustainable Food Systems*³, submetido para as Nações Unidas por ocasião da Cúpula dos Sistemas Alimentares que teve sua reunião de alto nível no dia 23 de setembro de 2021.

Um dos caminhos propostos pelo Brasil como forma para **transformer** e aprimorar os sistemas alimentares tem relação inata com o ABC+: *Support the development of multiple food systems approaches adapted to local circumstances with a view to achieving food security, reducing GHG emissions and fostering resilient agriculture.*

Neste sentido, e tendo em conta a visão ampla do ABC+ como política que visa promover produção e conservação de maneira aliada, essa política tenderá a se consolidar como estratégia do Brasil diante de várias agendas globais, como mudanças do clima, sistemas alimentares, biodiversidade, bem como a agenda de comércio internacional como, por exemplo, enfoque nacional de produção sustentável em acordos regionais de comércio.

Considerando o cenário expostos acima, recomenda-se que o ABC+ seja expressamente considerado como estratégia do Brasil no Acordo de Paris, que compõe a PNMC e futuras definições diante do envolvimento do país nas agendas globais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, no Plano Operacional do ABC+ em consulta pública, sugere-se INCLUIR, na página 78, o seguinte parágrafo adicional: **“Os eixos estratégicos e os programas do ABC+ são considerados como parte da estratégia do Brasil no Acordo de Paris para o setor agropecuário, como parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.”**

Referências

Brasil, 2012. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordenação da Casa Civil da Presidência da República. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 173 p.

³ Brazil National Pathways to Sustainable Food Systems. Disponível em: <https://summitdialogues.org/wp-content/uploads/2021/09/National-Pathways-BRAZIL.pdf>

Brasil, 2021. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. – Brasília: MAPA, 2021.

Brasil, 2018. Ministério do Meio Ambiente. Decreto 9.578 de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Brasil, 2017. Ministério do Meio Ambiente. Ministério das Relações Exteriores. Decreto 9.073 de 5 de junho de 2017. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.

Brasil, 2021b. Presidência da República/Casa Civil/Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Resolução nº 2, de 17 de agosto de 2021. Dispõe sobre a instituição de Grupo Técnico Temporário com o objetivo de elaborar proposta de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Brazil National Pathways to Sustainable Food Systems. Disponível em: <https://summitdialogues.org/wp-content/uploads/2021/09/National-Pathways-BRAZIL.pdf>

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Sustainable food and agriculture. Disponível em: <http://www.fao.org/sustainability/en/>